



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: entre a prescrição e a criatividade

WELISON NASCIMENTO MEIRA¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB

LUCIANA AMORIM DE OLIVEIRA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB

WASHINGTON DE JESUS CAIRES³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB

Resumo

Este trabalho analisa o uso do livro didático no ensino de Geografia, com ênfase na mediação docente como elemento central para a construção de práticas pedagógicas significativas. Baseado em uma revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a história da Geografia escolar, as funções pedagógicas do livro didático e a formação do raciocínio geográfico. A pesquisa evidencia que, embora o livro didático seja um recurso amplamente utilizado nas escolas brasileiras e represente um importante avanço no contexto das políticas públicas educacionais, sua eficácia depende diretamente da atuação do professor. A trajetória histórica do material revela sua vinculação a processos ideológicos, pedagógicos e institucionais, assumindo diferentes formas e finalidades ao longo do tempo. Ressalta-se que o uso prescritivo e isolado do livro pode limitar a autonomia docente e a contextualização do ensino. Nesse sentido, o professor deve assumir uma postura ativa e criativa, articulando os conteúdos às experiências dos estudantes e às múltiplas linguagens que compõem o ensino de Geografia. Conclui-se que o livro didático, quando mediado de forma reflexiva, pode contribuir para a formação espacial e cidadã dos estudantes, sendo um instrumento potente no desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Palavras-chave: Livro didático. Mediação docente. Raciocínio geográfico.

Introdução

O livro didático configura-se como um dos recursos pedagógicos mais amplamente utilizados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras. Sua trajetória histórica acompanha a evolução da educação formal, consolidando-se como instrumento fundamental a partir do século XIX, quando, impulsionado pelo avanço das ciências e pela expansão do modo de produção capitalista, passou a exercer um papel central na sistematização do conhecimento

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: 202210477@uesb.edu.br.

² Professora assistente do Departamento de Geografia (DG) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: luciana.oliveira@uesb.edu.br.

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: 202020728@uesb.edu.br.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

escolar (Copatti, 2018). Para além de sua função instrucional, o livro didático atua também como veículo de ideologias, influenciando de forma estruturada e regulada a construção e mediação do conhecimento escolar (Dominguini, 2010).

No contexto brasileiro, o ensino de Geografia tem origens na educação jesuítica, desenvolvendo-se ao longo dos séculos conforme as exigências sociais e econômicas de cada período histórico. Inicialmente caracterizado por um conjunto fragmentado de informações diluídas em outras áreas do saber, o ensino de Geografia gradualmente se consolidou como disciplina autônoma, especialmente com o fortalecimento das políticas educacionais e o projeto de construção da identidade nacional (Rocha, 1996; Albuquerque, 2011).

A publicação da obra *Corographia Brasílica*, em 1817, representa o marco inaugural da produção didática de Geografia no Brasil, estabelecendo um precedente para as futuras elaborações de manuais escolares. Ao longo do século XX, autores como Carlos Miguel Delgado de Carvalho e documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), promoveram importantes reformulações nos livros didáticos de Geografia, buscando alinhá-los às concepções contemporâneas da disciplina (Albuquerque, 2011; Azambuja, 2015).

A ampliação do acesso ao livro didático foi significativamente impulsionada com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, o qual garantiu a distribuição gratuita das obras às escolas públicas e possibilitou a participação dos docentes na escolha dos materiais, contribuindo para sua atualização técnica e pedagógica contínua (Callai, 2016; Oliveira; Costa, 2024).

Embora tais avanços sejam notáveis, ainda há desafios quanto à adequação dos conteúdos às realidades regionais e à promoção de práticas pedagógicas contextualizadas. Em diversas situações, o uso do livro didático de forma restrita pode limitar a autonomia docente e o desenvolvimento de propostas mais criativas, impactando a qualidade do ensino (Oliveira; Costa, 2024). Em contrapartida, reconhece-se sua importância enquanto recurso essencial, sobretudo em instituições escolares com infraestrutura precária, onde muitas vezes constitui o principal ou único suporte pedagógico disponível (Oliveira; Costa, 2024).

Neste cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do professor na mediação do livro didático de Geografia, problematizando a tensão entre sua utilização prescrita e sua apropriação criativa e contextualizada no cotidiano escolar. Trata-se de uma investigação de caráter bibliográfico, fundamentada em autores que discutem a história da Geografia escolar,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

as funções pedagógicas e ideológicas do livro didático, bem como os desafios e possibilidades da prática docente. A relevância deste estudo reside na necessidade de fortalecer a autonomia docente e de valorizar uma formação comprometida com a realidade dos estudantes, em diálogo com os desafios contemporâneos da educação brasileira.

Entre a prescrição e a criatividade: reflexões sobre o uso do livro didático de Geografia

A análise histórica da Geografia escolar e da trajetória do livro didático no Brasil evidencia que ambos os elementos sempre estiveram estreitamente vinculados à formação ideológica, política e técnica dos sujeitos. Desde os primeiros registros da escrita, como os sumérios, até as obras sistematizadas no século XIX, o livro didático consolidou-se como suporte privilegiado do ensino formal, exercendo funções que extrapolam a mera transmissão de conteúdos. Conforme destacam Copatti (2018) e Dominguíni (2010), o livro didático, além de constituir um recurso pedagógico, configura-se como instrumento ideológico e cultural, moldado por interesses estatais, mercadológicos e educacionais.

A Geografia escolar, compreendida como saber sistematizado e orientado por finalidades educativas, constitui-se historicamente por meio de processos institucionais, curriculares e sociais próprios, gozando de relativa autonomia em relação à Geografia acadêmica. Como destaca Albuquerque (2011), sua constituição no Brasil não pode ser entendida como simples reflexo da ciência de referência, mas como resultado de intercâmbios dinâmicos entre a escola e a universidade, envolvendo os sujeitos escolares, os materiais didáticos e o contexto político-educacional. Enquanto disciplina, a Geografia escolar busca contribuir para a formação de sujeitos conscientes, articulando as dimensões naturais, sociais e culturais do espaço geográfico.

Entre os principais desafios enfrentados pelos docentes, destacam-se a rigidez dos currículos, a escassez de recursos materiais e a ausência de políticas consistentes de formação continuada. Apesar disso, o ensino de Geografia apresenta múltiplas possibilidades, como a valorização dos saberes locais, o uso de metodologias ativas, a inserção de temas contemporâneos e a mediação qualificada dos conteúdos presentes nos livros didáticos. Nessa perspectiva, o papel do professor é fundamental na mediação pedagógica, assumindo a responsabilidade de construir pontes entre o conhecimento sistematizado e a realidade vivida pelos estudantes (Albuquerque, 2011).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

No campo específico da Geografia, a consolidação do livro didático acompanhou o processo de institucionalização da disciplina escolar. Como demonstram Rocha (1996) e Albuquerque (2011), o ensino de Geografia no Brasil passou por transformações significativas — desde a abordagem de conteúdos dispersos e informativos nos períodos colonial e imperial até sua configuração atual, influenciada pela Geografia Crítica, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por políticas públicas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em todas essas fases, o livro didático esteve presente como ferramenta estruturante da prática pedagógica, assumindo diferentes abordagens, linguagens e objetivos formativos.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, observa-se um processo de diversificação e modernização das coleções didáticas, impulsionado pelas diretrizes curriculares e pelos critérios técnicos estabelecidos nos editais do PNLD. Conforme apontam Callai (2016), Copatti e Santos (2022) e Oliveira e Costa (2024), os livros passaram a incorporar novos gêneros textuais, diferentes representações cartográficas, atividades interativas, recursos visuais e propostas metodológicas que procuram aproximar os conteúdos da realidade cotidiana dos estudantes. Entretanto, a presença desses elementos não assegura, por si só, uma prática pedagógica significativa.

É nesse ponto que a atuação do professor torna-se central. Conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), o livro didático deve ser compreendido como ponto de partida, e não como ponto de chegada. Cabe ao docente o papel de mediador, atribuindo sentido ao material por meio da seleção, adaptação, problematização e, quando necessário, complementação de seus conteúdos com outras fontes. Essa mediação exige uma postura ativa, reflexiva e criativa, capaz de transformar o livro didático em suporte para o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Rocha (2023) enfatiza que esse raciocínio — composto por pensamento espacial, raciocínio espacial e pensamento geográfico — deve ser construído de forma progressiva, a partir das experiências dos alunos, sendo potencializado pelo uso intencional de diferentes recursos didáticos, entre os quais se destaca o próprio livro didático. Para que esse processo se concretize, a prática docente precisa valorizar a realidade local, os saberes dos estudantes e o uso de múltiplas linguagens, como imagens, mapas, textos literários, gráficos, vídeos, entre outros (Cavalcanti, 2019; Oliveira; Costa, 2024). Desse modo, o professor não apenas trabalha os conteúdos, mas os reconstrói em constante diálogo com a turma.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A formação do pensamento geográfico compreende um processo que envolve percepção espacial, análise de representações da realidade, raciocínio e sistematização teórica. Esse processo resulta da síntese de ideias de diversos pensadores sobre a dimensão espacial, culminando na formulação de novas compreensões e no aprimoramento do entendimento sobre o espaço geográfico (Copatti, 2020).

Para Cavalcanti (2019), o pensamento geográfico consiste na capacidade de analisar os fenômenos espaciais sob a ótica da ciência geográfica. Trata-se de um processo de construção e sistematização de noções e conhecimentos que permite interpretar as relações espaciais, mobilizando conceitos, categorias e métodos próprios da Geografia — permanentemente debatidos no campo científico e enriquecidos por diferentes aportes epistemológicos (Copatti, 2020).

Rocha (2023) sustenta que o pensamento é uma característica inerente à condição humana, desenvolvendo-se por meio das relações que o sujeito estabelece com o mundo. O raciocínio, nesse contexto, requer a apropriação de conceitos, categorias e teorias para a ampliação do conhecimento, sendo estimulado por atividades reflexivas, mediadas pelo professor. O raciocínio geográfico, portanto, constitui um domínio cognitivo mais elaborado.

Ainda segundo Rocha (2023), o raciocínio geográfico desenvolve-se em diferentes níveis de elaboração mental. O processo inicia-se com o pensamento espacial, presente nas experiências cotidianas dos alunos — como a orientação no espaço urbano ou a organização de objetos. Evolui para o raciocínio espacial, que exige lógica e estrutura para resolver problemas concretos. Com mediação adequada, esses níveis servem de base para o pensamento geográfico, que se estrutura a partir de conceitos fundamentais da disciplina, como lugar, paisagem e território. Por fim, consolida-se o raciocínio geográfico, que articula esses conceitos à análise dos fenômenos, possibilitando a formulação de hipóteses, argumentos e interpretações sobre a realidade.

Para que o desenvolvimento do raciocínio geográfico ocorra de maneira efetiva, é indispensável a mediação ativa do professor. Esse profissional deve estimular a problematização, valorizar os saberes prévios dos alunos e estabelecer conexões entre os conteúdos escolares e a vida cotidiana. Nesse processo, o uso de múltiplas linguagens — verbais e não verbais — é fundamental. Textos, mapas, imagens, gráficos, charges, vídeos, memes e músicas podem ser incorporados como recursos didáticos capazes de enriquecer as análises e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

facilitar a apropriação dos conteúdos (Rocha, 2023).

Segundo Rocha (2023), o raciocínio geográfico oferece fundamentos teóricos e metodológicos para identificar, caracterizar, comparar e relacionar fenômenos espaciais. Sua construção exige o domínio de conceitos, categorias e princípios específicos da Geografia. Nessa direção, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) propõe sete princípios essenciais para o desenvolvimento do raciocínio geográfico: analogia, diferenciação, conexão, distribuição, extensão, localização e ordem.

No contexto de profundas desigualdades sociais e da precariedade da infraestrutura presente na maioria das escolas públicas brasileiras, o livro didático reafirma-se como um recurso indispensável, sendo, em muitos casos, o único suporte disponível para o ensino. Nesse sentido, como destacam Copatti e Santos (2022) e o Ministério da Educação (MEC, 2008), o PNLD constitui-se em um programa essencial para a democratização do acesso ao conhecimento. Todavia, a ampla distribuição dos livros exige uma formação docente continuada, de modo que a escolha, o uso e a mediação desse material estejam em consonância com os objetivos educacionais da escola e com a formação integral dos estudantes.

Nesse cenário, cabe ao professor reinterpretar o material didático, articulando-o a projetos pedagógicos que incentivem a investigação, a reflexão e a análise da realidade socioespacial. A mediação criativa exige mobilização de saberes teóricos, didáticos e metodológicos capazes de transformar o livro didático em ferramenta para o desenvolvimento das capacidades analíticas e interpretativas dos alunos. Isso implica relacionar os conteúdos às vivências dos estudantes, contextualizar os temas nas múltiplas escalas geográficas (local, regional, nacional e global), promover o diálogo entre o conhecimento escolar e o conhecimento cotidiano e estimular o pensar geográfico.

O professor deve, portanto, ir além da prescrição editorial e assumir uma postura ativa na prática pedagógica. Como afirmam Oliveira e Costa (2024), é papel do docente construir “pontes” entre o conteúdo expresso nos livros e o mundo vivido pelos alunos, considerando as diversidades culturais, territoriais e sociais presentes em cada contexto escolar. Isso implica valorizar o lugar como categoria central da Geografia, tanto na abordagem dos conteúdos quanto na formação de uma consciência participativa. O uso contextualizado do livro didático contribui para consolidar uma Geografia escolar voltada à formação de sujeitos atentos à realidade. Tal prática exige não apenas domínio teórico e domínio dos conteúdos, mas também



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

sensibilidade pedagógica, ética profissional e compromisso com o processo educativo.

O livro didático de Geografia, longe de ser um instrumento neutro, apresenta intencionalidades e representações de mundo que devem ser observadas, analisadas e complementadas. Cabe ao professor, com base em sua formação, transformar o uso desse material em uma prática pedagógica que favoreça a leitura do mundo, o desenvolvimento do raciocínio geográfico e a formação de estudantes engajados com a realidade. Nesse processo, a criatividade docente configura-se como ferramenta indispensável para potencializar o ensino de Geografia.

Considerações finais

A trajetória do livro didático no ensino de Geografia evidencia sua centralidade como instrumento de apoio à prática docente nas escolas brasileiras. Ao longo do tempo, esse material assumiu diferentes formas e funções, refletindo as transformações nas concepções pedagógicas, nas políticas educacionais e nas demandas do mercado editorial. Embora a ampliação do acesso por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) represente um avanço relevante na democratização dos materiais escolares, persistem desafios quanto à sua adequação às realidades regionais, às condições das escolas públicas e às demandas do ensino contextualizado.

O livro didático, por si só, não assegura uma prática pedagógica capaz de promover aprendizagens significativas. Seu uso restrito e prescritivo pode limitar a autonomia docente, a criatividade em sala de aula e o desenvolvimento de estratégias que considerem o contexto dos estudantes. Nesse sentido, a atuação do professor é fundamental para transformar o livro em uma ferramenta dinâmica e integradora, articulando os conteúdos propostos às vivências dos alunos e aos princípios que orientam o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

A mediação pedagógica deve ser intencional e fundamentada em uma formação teórica e metodológica consistente, aliada à capacidade de interpretar as especificidades do contexto escolar. Quando utilizado de forma reflexiva, o livro didático pode contribuir para o fortalecimento da autonomia discente, para a ampliação da leitura do espaço geográfico e para a formação de sujeitos socialmente comprometidos. Por outro lado, quando empregado como única fonte de informação, tende a reforçar práticas tradicionais, centradas na memorização e distanciadas da realidade dos estudantes.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Dessa forma, a presente investigação reafirma a importância de compreender o livro didático não como fim, mas como um entre os diversos recursos possíveis no ensino de Geografia. Sua potência pedagógica está diretamente relacionada à mediação docente, que deve atuar como articuladora de saberes, promotora de estratégias didáticas diversificadas e de conexões entre o conhecimento escolar e as experiências sociais dos alunos. Valorizar essa mediação é essencial para que o ensino de Geografia cumpra seu papel na formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes das dinâmicas espaciais que estruturam o mundo em que vivem.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos da história da Geografia Escolar: a Geografia Clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19–51, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/29>. Acesso em: 3 abr. 2024.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 11–33, 2015. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/180>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Geografia**: catálogo do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM 2009. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLEM_2009/2009_guia_geografia_pnlem.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. **OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/31203>. Acesso em: 17 set. 2025.

CAVALCANTI, L. de S. **Pensar pela Geografia** – ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

COPATTI, Carina. Livro didático de Geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée: Revista de Geografia da UEG**, v. 6, n. 2, p. 74–93, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6634>. Acesso em: 17 abr. 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

COPATTI, Carina. O livro didático na educação escolar brasileira e no ensino de Geografia. *In: Professor, Livro Didático e a Autonomia Docente*. Curitiba: CRV, 2020. 184p. (Coleção Educação e Geografia - tramas e tecituras contemporâneas).

COPATTI, Carina; SANTOS, Leonardo Pinto dos. Política Nacional do Livro Didático e o ensino de Geografia: um olhar sobre a formação cidadã. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 1, p. 5–23, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.46551/rvg26752395202210523>. Acesso em: 8 jun. 2025.

DOMINGUINI, Lucas. Fatores que evidenciam a necessidade de debates sobre o livro didático. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO*, 2010. *Anais [...]*, p. 1–16. Disponível em:
https://www.uces.br/ucs/tp/cinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico7/Fatores%20que%20Evidenciam%20a%20Necessidade%20de%20Debates%20sobre%20o%20Livro%20Didatico.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

OLIVEIRA, Elaine Moreira de; COSTA, Glauber Barros Alves. Livro didático: reflexões para o ensino de Geografia. *Terra Livre*, [S. l.], v. 1, n. 62, p. 766–796, 2024. Disponível em:
<https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3398>. DOI:
https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3398. Acesso em: 11 maio 2025.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. O livro didático de Geografia. *In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 339–349.

ROCHA, Ana Geisa Barbosa. **A formação do raciocínio geográfico dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental em Piripá-Bahia**. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2023. Disponível em:
<https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2023/05/ANA-GEISA-BARBOSA-ROCHA.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1839–1942)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9603>. Acesso em: 13 set. 2025.